

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

1 Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às treze horas, teve início a 2ª
2 Audiência Pública do Conselho Municipal da Assistência Social de Franca, no plenário da
3 Câmara Municipal de Franca. A audiência pública está prevista na resolução 14/2014 do
4 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e tem como objetivo a apresentação à
5 comunidade, das Entidades ou Organizações de Assistência Social, inscritas no Conselho,
6 permitindo a troca de experiências entre as mesmas e ressaltando a atuação da rede
7 socioassistencial e o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Fizeram-se
8 presentes no evento cerca de 200 participantes, dentre estes estavam autoridades, representantes
9 de órgãos públicos e privados, trabalhadores, cidadãos, quais são: Excelentíssimo Prefeito
10 Municipal, Sr. Alexandre Augusto Ferreira; Gislaine Alves Liporoni Peres, Secretária de Ação
11 Social; Márcio Henrique Silva Nalini, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social -
12 CMAS; Sr. Airton Sandoval Santana, oficial de gabinete e 1º Suplente Senador; vereador
13 Josivaldo Silva Vila Boas; Diretora da Proteção Social Básica da SEDAS; representante do
14 Fundo Social de Solidariedade; coordenadores dos CRAS e CREAS; representantes das
15 entidades ou organizações de assistência social inscritas no conselho; representantes de outras
16 entidades; representantes do Ministério Público Estadual; representantes da Defensoria Pública
17 Estadual; conselheiros do CMAS, COMUTI, CMPCD e de outros conselhos; representantes de
18 órgãos de comunicação; trabalhadores do SUAS; usuários e comunidade em geral, conforme
19 consta na lista de presença do evento que será anexada a esta ata. A mestre de cerimônias, Sra.
20 Keila, da Assessoria de Imprensa da Prefeitura abriu os trabalhos convidando para composição
21 da mesa o Prefeito Municipal Alexandre Augusto Ferreira; a Secretaria de Ação Social, Gislaine
22 Alves Liporoni Peres; o Presidente do CMAS, Marcio Henrique Silva Nalini e o Sr. Airton
23 Sandoval Santana, oficial de gabinete e 1º Suplente Senador. Em seguida a mestre de cerimônia
24 passou a palavra a cada uma das autoridades para que as mesmas fizessem suas considerações
25 sobre o evento. Com o término da fala das autoridades a Sra. Keila, convidou-as para retornarem
26 aos seus lugares e em seguida foi composta a mesa de trabalhos com o presidente do Conselho
27 Municipal de Assistência Social, Marcio e os representantes das entidades: Maria Silvia S. C.
28 Souza - Centro Promocional de Lourdes – CEPROL; Ligia Moreira de Andrade - Fundação
29 Judas Iscariotes (CCI-Centro e CCI-Leste); Marcia Tomie Nakao - Associação dos Deficientes
30 Físicos de Franca - ADEFI; Ligia Andrian Leal - Fundação Judas Iscariotes (Lar de Ofélia);
31 Cristiane Oliveira - Instituto José Edison de Paula Marques – IJEPAM e Elisângela Imaculada B.

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

Oliveira - Casa de Acolhida Filhos Prediletos. Dando seguimento, Keila passou a palavra ao Presidente do CMAS, Márcio Nalini, que agradeceu à presença de todos e enfatizou que na Audiência Pública serão apresentadas seis (06) entidades que compõe a rede socioassistencial privada, inscritas no conselho. Em seguida fez uma breve apresentação das atribuições e dinâmica de trabalho do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, convidando os presentes para participação nas reuniões ordinárias do Conselho. Destacou que para que uma entidade possa executar algum serviço socioassistencial, ela deve estar inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS, conforme preconizado na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e na resolução 14/2014 do Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS, devendo ainda executar um serviço conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Em seguida passou-se às apresentações das entidades, iniciando com a exposição do CEPROL, que executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes; a segunda entidade a se apresentar foi a Fundação Judas Iscariotes (CCI-Centro e CCI-Leste), executora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos; em terceiro foi apresentada a ADEFI, com o Serviço de Proteção Social Básica e Especial para Pessoas com Deficiências Idosas e suas Famílias; em quarto foi apresentado a Fundação Judas Iscariotes – Lar de Ofélia, que executa o Serviço de Proteção Social de Alta complexidade – Acolhimento Institucional para Idosos; a quinta entidade foi o IJEPAM, executora do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes e finalizando a Casa de Acolhida Filhos Prediletos - Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias em Situação de Rua, Migrante e Itinerante – Abrigo. Ao término de cada apresentação foi aberta a palavra ao público participante. Alguns idosos integrantes dos Centros de Convivência do Idoso - CCIs manifestaram-se portando cartazes, solicitando a continuidade dos trabalhos dos CCIs, valorização do idoso, dentre outras reivindicações. Em seguida, idosos utilizaram a tribuna para agradecer, reivindicar e questionar sobre o processo de reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos Idosos. Dentre as reivindicações constavam uma maior participação na organização e divulgação dos eventos de interesse dos idosos, citando a Semana Municipal da Pessoa Idosa, na qual afirmaram que não atendeu aos interesses dos mesmos e foi divulgada apenas um dia antes do evento. Afirmaram que a comunicação está falha, citando que também a audiência pública não foi divulgada com a devida antecedência. Houve vários questionamentos sobre os critérios de

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

63 inclusão do público prioritário no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de
64 idosos, bem como sobre a inserção ser feita através dos CRAS. Uma usuária do CCI relatou que
65 os idosos estão vivendo “sob pressão” e com medo de perda de vagas e de atividades. Uma
66 usuária reivindicou transporte para possibilitar que todos os idosos consigam frequentar os
67 eventos, como a audiência pública. Em resposta o Presidente do CMAS, Sr. Marcio afirmou que
68 algumas questões apresentadas serão encaminhadas aos órgãos responsáveis, exemplificando o
69 questionamento sobre a semana do idoso, que será direcionado ao COMUTI. Esclareceu ainda
70 que a Audiência Pública está sendo divulgado à pelo menos um mês e que todas as entidades
71 tinham conhecimento deste evento há mais tempo. Com relação aos questionamentos sobre o
72 SCFV de idosos, afirmou que este serviço está passando por um reordenamento, sendo esta uma
73 proposta nacional pactuada na Comissão Intergestora Tripartite - CIT. Disse que esse serviço é
74 da Política de Assistência Social, portanto deve ser direcionado ao público prioritário da
75 Assistência Social, apontado que o critério de inclusão não se refere somente à questão da renda,
76 mas de situação de vulnerabilidade social e risco, como a situação de violência, abandono, etc.
77 Ressaltou que atualmente a grande maioria dos idosos atendidos neste serviço, não são usuários
78 da assistência social e nem atendem aos critérios elencados como público prioritário. Disse que
79 o CMAS fez a aprovação da adesão do município ao reordenamento e tem a função de
80 acompanhar a execução do serviço, esclarecendo que a Secretaria de Ação Social está a
81 disposição para esclarecer todas as dúvidas e questionamentos, considerando que ela é a
82 responsável pela execução da Política de Assistência Social. Ressaltou que reordenamento já
83 vem sendo implantado gradativamente há mais de um ano e que não houve redução de vagas até
84 o momento, porém não se pode deixar de atender o público prioritário. Apontou que a Diretora
85 de Proteção Básica, Jane, se encontra na audiência e que poderia se manifestar. Jane
86 complementou as explicações de Marcio, esclarecendo que o SCFV está na Tipificação Nacional
87 e faz parte das ações da Política da Assistência Social. Disse que esse serviço é uma
88 complementação ao PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, executado
89 pelo CRAS. Assim só faz sentido ser atendido no SCFV o usuário ou a família que é atendida no
90 PAIF, por isso o motivo de ser referenciado e encaminhado pelos CRAS. Enfatizou que todas as
91 atividades são importantíssimas, como o yoga, pilates, dança e concorda que estas devem
92 continuar a existir, porém não podem ser financiadas com recursos da Assistência Social.
93 Relatou que o recurso só pode financiar serviços voltados aos usuários que apresentem situação

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

94 de vulnerabilidade e risco social enfatizando que não é a questão de renda que caracteriza o
95 público prioritário e sim a situação de violação de direitos e vulnerabilidades. Salientou que estes
96 grupos que não se enquadram nos critérios da Assistência Social devem buscar outros atores que
97 possam oferecer tais serviços. Dando seguimento, Marcio indicou que as apresentações deveriam
98 ter sequência e ao final poderia novamente abrir a palavra àqueles que não se sentiram
99 contemplados em seus questionamentos. Conforme foram sendo apresentadas as entidades, os
100 participantes foram tecendo as suas considerações na Audiência, como a Sra. Tina, conselheira
101 do CMAS e representante da APAE que enfatizou que as entidades que atendem a pessoa com
102 deficiência, oferecem serviços especializados para esse público e não tem o objetivo de
103 segregação institucional. Apontou que as entidades que atendem a pessoa com deficiência são
104 favoráveis à inclusão dos usuários que tenham a possibilidade e autonomia para frequentar os
105 diversos serviços da comunidade. Mas buscam também garantir o direito daqueles que precisam
106 permanecer nestas entidades que tem condições de oferecer serviços especializados. A pessoa
107 com deficiência deve ser incluída quando tem condições para tal. Após a apresentação do
108 serviço de acolhimento para idosos, participantes manifestaram-se apontando a importância da
109 convivência familiar, apresentando questionamentos sobre como se dá a reintegração dos
110 vínculos familiares. O Sr. João, presidente de Lar São Vicente, também se manifestou afirmando
111 que o Lar São Vicente é uma instituição centenária, sendo a 1ª instituição de idosos do
112 município. Enfatizou que a ideia do asilo, onde idosos ficavam abandonados e desamparados, no
113 município de Franca essa não é a realidade, pois todas as entidades prestam um serviço exemplar
114 e qualificado. O idoso não é abandonado, e os Lares não são “depósitos de velhos”, afirmando
115 que as instituições de acolhimento tem a missão de dar aos idosos a dignidade e convidou a todos
116 para visitarem o Lar São Vicente, que está de portas abertas. Em resposta, Ligia falou da
117 importância da participação da família e disse que nas reuniões familiares essa questão é
118 trabalhada e que independente de como esses idosos estabeleceram os vínculos no decorrer da
119 vida, todos tem direito a convivência. Disse que procuram inserir os familiares nos eventos,
120 festividades, cuidados e avaliação dos serviços. Quanto a reintegração familiar e
121 restabelecimento de vínculos, disse que ainda é tímida essa ação, mas tem conseguido alguns
122 avanços. Ressaltou que “o lugar do idoso é junto com a família”. Com a finalização das
123 apresentações, Marcio abriu a palavra aos participantes que porventura não se sentiram
124 contemplados, porém não houve mais manifestações. O presidente agradeceu a comissão dos

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 12 DE NOVEMBRO DE 2014.

125 conselheiros e a equipe da Secretaria de Ação Social pela organização do evento, bem como à
126 Câmara Municipal, em nome de seu presidente Jepy Pereira, que gentilmente cedeu o espaço
127 para a realização do evento. Agradeceu ainda a presença e contribuição de todos, em especial das
128 funcionárias das entidades que se apresentaram. Ressaltou que a realização da audiência pública
129 faz-se cumprir o papel de trazer à sociedade os parceiros e executores dessa política pública
130 demonstrando a forma como o serviço está organizado e a qualidade dos serviços que são
131 prestados à comunidade, bem como a sua complexidade. Destacou que no próximo ano o CMAS
132 realizará a Conferencia Municipal da Assistência Social e antecipadamente convidou a todos
133 para participação. Afirmou que a ata da audiência pública será publicizada com os diversos
134 órgãos e setores públicos e privados e será disponibilizada no site do CMAS. Os slides
135 apresentados, bem como o vídeo de gravação da audiência pública ficarão anexos a esta ata e
136 disponíveis na Secretaria Executiva do CMAS e no site do Conselho. Nada mais havendo a
137 tratar a audiência foi encerrada e ata lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.